

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: DA ESCALA NACIONAL PARA A ESCALA ESTADUAL

JOSIANE SILVEIRA¹; LIGIA CARDOSO CARLOS²

¹*Universidade Federal de Pelotas – josianysilveira@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – li.gi.c@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O trabalho refere-se a uma investigação em fase inicial realizada no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, na linha de pesquisa Ensino de Geografia e Formação de Professores. O estudo trata de políticas de apoio e incentivo à formação continuada de professores no Brasil, em especial a partir do ano de 2010. A intenção é investigar o contexto e as características dos documentos que expressam as políticas advindas do Ministério da Educação (MEC), bem como os documentos originados na escala estadual, referentes à Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). A pergunta que temos é: de que modo os documentos são ressignificados, quais os aspectos da escala estadual são considerados e em que circunstâncias?

A temática da formação de professores é um campo de investigação que vem despertando o interesse de pesquisadores nas últimas décadas. Como afirma, André (2010, p.175), “a formação de professores foi se apresentando progressivamente como uma potente matriz disciplinar”, devido a sua importância no contexto educacional brasileiro. Ainda, “nos anos 1990, o percentual dos trabalhos da área de Educação que tratavam do tema da formação docente girava em torno de 6-7%. No início dos anos 2000, esse percentual cresce sistematicamente, atingindo 22%, em 2007, o que mostra uma ascensão muito rápida.” (ANDRÉ, 2010, p.176). Dando prosseguimento, a autora:

[...] define como objeto da formação docente os processos de formação inicial ou continuada, que possibilitam aos professores adquirir ou aperfeiçoar seus conhecimentos, habilidades, disposições para exercer sua atividade docente, de modo a melhorar a qualidade da educação que seus alunos recebem. (ANDRÉ, 2010, p.175)

A reflexão sobre os investimentos em políticas de apoio a formação continuada para professores se faz necessária e entendemos que o Estado, em suas distintas escalas de atuação, tem compromissos no processo de obter uma educação Básica de qualidade. Diante disso é relevante ressaltar que é dever do Estado promover a formação de seus professores oferecendo preparo para o exercício da profissão de acordo com as diretrizes e metas da educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação, em específico a meta 16, que profere o seguinte, “garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.”

2. METODOLOGIA

O presente instrumento utiliza como método de abordagem a pesquisa qualitativa. Nesse sentido, Minayo (2009, p.21), esclarece que, “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado.”

Tendo como base a pesquisa qualitativa, primeiramente foi realizada uma revisão bibliográfica para investigar as produções no campo da formação continuada de professores. Levou-se em consideração que a revisão de literatura tem como finalidade, segundo, Moreira (2004, p.23), “fornecer informações para contextualizar a extensão e significância do problema que se maneja.” Os autores de maior relevância e que possibilitam os encadeamentos argumentativos necessários nesta fase foram André (2010), Souza (2015), Dourado (2015), Gatti (2008 e 2017) e Cunha (2013).

Por conseguinte, está prevista a realização de análise documental, tendo em vista que os documentos são relevantes fontes de informação para obtenção de dados do tema de pesquisa. Godoy (1995, p.21), define pesquisa documental como sendo, “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares.”

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os documentos que serão utilizados na primeira fase da pesquisa são: 1) Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências; 2) Portaria n.1.087, de 10 de agosto de 2011 que institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica e define suas diretrizes gerais; 3) Portaria n. 1.328, de 23 de setembro de 2011 que institui a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública; 4) Resolução n. 2 de maio de 2015 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.

Levando em consideração um dos temas abordados no presente estudo é importante trazer para a discussão o que se entende por políticas públicas, pois, o trabalho se insere no referido escopo. Para tanto, Azevedo (2010, p.31), em seus compêndios fez contribuições passíveis de apreciação, esclarecendo que, “num processo que é dinâmico, as políticas públicas constituem respostas a certos problemas, quase sempre demandados por grupos sociais que se organizam para lutar por soluções”.

Se insere nesse contexto, o problema da formação continuada de professores que é permeada, segundo Gatti (2017), por interrogações que dizem respeito a como formar esses professores, considerando que os padrões educacionais e de formação são desatualizados e representam outra época histórica. Diz a autora (2017, p.726): “Uma nova visão é necessária na seara educacional, como também a

construção de uma consciência mais crítica quanto a nossas ações formativas no campo da docência.”

Diante do exposto salienta-se a importância de ter políticas pensadas para a melhoria desse quadro e que sejam executadas para elevar o grau de qualidade do ensino ofertado nas escolas. O presente trabalho visa contribuir para a compreensão desse cenário ao propor cotejar as políticas de escala nacional com as políticas de escala estadual delas originadas.

Conforme sublinhado anteriormente, se as políticas públicas têm por intenção solucionar e buscar respostas para problemas no âmbito da sociedade e de suas manifestações é porque percebe-se um cenário de tensões e complexidades. Por meio da observação e compreensão dessa dinâmica é necessário desenhar novas políticas levando em consideração as mudanças no contexto internacional e nacional, bem como as conexões entre contextos.

Dourado e Oliveira (2009), contribuem nessa perspectiva quando apresentam alguns aspectos garantidores da qualidade da educação, dentre os quais está a formação docente. Afirmam eles:

[...] associada à necessidade de uma sólida política de formação inicial e continuada, bem como à estruturação de planos de carreira compatíveis aos profissionais da educação, destaca-se a importância de políticas que estimulem fatores como motivação, satisfação com o trabalho e maior identificação com a escola como local de trabalho, como elementos fundamentais para a produção de uma escola de qualidade (DOURADO e OLIVERA, 2009, p.212)

No que diz respeito a formação continuada, muito são os debates a cerca dessa temática, Gatti (2008) discute o assunto dentro da égide de políticas para a formação continuada e faz uma crítica sobre o grande número de temas abarcados nesta terminologia. Afirma que as discussões sobre o conceito de educação continuada nos estudos educacionais pouco colaboraram na definição do conceito. No entanto, aponta que em análises realizadas por meio de estudos, o termo formação continuada, “se restringe a cursos estruturados e formalizados oferecidos após a graduação” (GATTI, 2008, p.57) e acrescenta que “dentro dessa vastidão de possibilidades se insere ações realizadas pelas Secretarias de Educação” (idem, p.57), que refere-se ao estudo aqui proposto.

Ainda, contribuindo para este estudo em fase inicial, é importante o diálogo com Cunha (2013, p.612), que afirma que a formação continuada se refere “a iniciativas instituídas no período que acompanham o tempo profissional dos professores. Pode ter formatos e duração diferenciados, assumindo a perspectiva da formação como processo.”

4. CONCLUSÕES

Compreende-se que a temática abordada no presente trabalho, mesmo com seus limites de estudo em fase inicial, constitui-se como relevante por ser a formação continuada de professores bem como as políticas vinculadas a ela desafios permanentes do sistema educacional de ensino, em suas diferentes esferas de abrangência.

O aspecto desafiador do estudo repousa em demonstrar as ações que estão sendo executadas no estado Rio Grande do Sul, a partir das orientações do

Ministério da Educação, buscando evidenciar articulação, aproximações e distanciamentos que ora estão evidentes, ora mascarados considerando disputas políticas e tensionamentos locais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, M. **Formação de professores: a constituição de um campo de estudos.** Educação. Porto Alegre, v.33, n. 3, p.174-181, Set/Dez.2010. Disponível em: <<file:///D:/User/Downloads/8075-28125-1-PB.pdf>>. Acesso em: Setembro de 2019.

AZEVEDO, J. **Reflexões sobre políticas e o PNE.** Retratos da escola, Brasília, v. 4, n. 6, p. 27-35, Jan/Jun. 2010. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/63/57>>. Acesso em: Setembro 2019.

CUNHA, M. **O tema da formação de professores trajetórias e tendências na pesquisa e na ação.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39 , n. 3, p. 609-625, Jul/Set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000200299&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em: Setembro de 2019.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F. A qualidade da Educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas, v.29, n.78, p. 201 - 215, 2009.

GATTI, B. **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década.** Revista Brasileira de Educação. v. 13 n. 37, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf>>. Acesso em: Setembro de 2019.

GATTI, B. **Formação de professores, complexidade e trabalho docente.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 17, n. 53, p. 721-737, 2017. Disponível em: <[file:///D:/User/Downloads/8429-31140-1-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/User/Downloads/8429-31140-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: Setembro de 2019.

GODOY, A. **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: Setembro de 2019.

MINAYO, Maria. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

MOREIRA, W. **Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção.** Janus, Lorena. Ano 1, n. 1, 2º semestre de 2004. Disponível em: <https://portais.ufg.br/up/19/o/Revisão_de_Literatura_e_desenvolvimento_científico.pdf>. Acesso em: Setembro de 2019.